



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Nilto Tatto

Apresentação: 19/05/2025 15:02:07.143 - CMAI

REQ n.51/2025

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº _____ 2025

(Do Sr. Nilto Tatto)

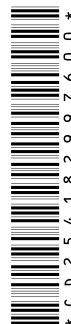
Requer a realização de Seminário conjunto das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais para tratar dos impactos da Mineração em Terras Indígenas e a correlação com a Lei 14.701/2023 e a Mesa de Conciliação no Supremo Tribunal Federal

Senhora Presidenta,

Requeiro a V. Ex^a., nos termos regimentais, a realização de Seminário: "Territórios em Risco: os Impactos da Mineração em Terras Indígenas e a correlação com a Lei 14.701/2023 e a Mesa de Conciliação no STF" na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

1. Liderança Indígena do Povo Mura - Amazonas;
2. Liderança Indígena do Povo Munduruku - Pará;
3. Liderança Indígena do Povo Xikrin - Pará;
4. Liderança Indígena do Conselho Indígena de Roraima - CIR;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal Nilto Tatto

5. Sra. Débora Duprat, ex-vice Procuradora-Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão
6. Sr. Carlos Frederico Marés de Souza, professor titular de Direito Agrário da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)
7. Sra. Sônia Bridi, jornalista e repórter especial da TV Globo
8. Sr. Mauricio Ângelo, jornalista e fundador do Observatório da Mineração.

JUSTIFICATIVA

A realização deste seminário se justifica pela urgência e gravidade dos impactos da mineração em terras indígenas e pelo papel decisivo da imprensa na visibilização das violações de direitos humanos e na defesa dos povos originários. A escalada da atividade minerária em territórios indígenas — muitas vezes associada ao garimpo ilegal — tem provocado devastação ambiental, contaminação por mercúrio, desmatamento, invasões armadas, violência sexual e tráfico de pessoas, atingindo de forma desproporcional as comunidades, sobretudo as mulheres indígenas. Esses ataques não apenas violam a Constituição Federal, mas ameaçam modos de vida milenares e a integridade cultural, espiritual e física dos povos originários.

Esse cenário se agravou com a aprovação da Lei nº 14.701/2023, que busca institucionalizar a tese do marco temporal, já declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Essa medida tem alimentado discursos e ações anti-indígenas, ao mesmo tempo em que reforça pressões econômicas sobre os territórios, em especial por setores ligados à mineração e ao agronegócio.

Diante disso, a imprensa cumpre um papel essencial: denunciar violações, enfrentar a desinformação e amplificar as vozes indígenas, frequentemente silenciadas nos grandes meios de comunicação. No entanto, o acesso a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Nilto Tatto

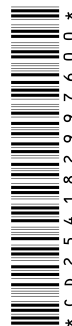
informações seguras, o apoio ao jornalismo independente e a presença de comunicadores indígenas nos espaços de mídia ainda são desafios cruciais. Este seminário, portanto, pretende reunir lideranças indígenas, comunicadores, representantes de entidades da imprensa, parlamentares e especialistas, para discutir os riscos que pesam sobre os territórios e sobre a liberdade de expressão, além de fortalecer estratégias de resistência, denúncia e informação comprometida com os direitos humanos e a justiça socioambiental.

Sala das Comissões, Brasília, 19 de maio de 2025.

NILTO TATTO
Deputado Federal - PT/SP

Apresentação: 19/05/2025 15:02:07.143 - CMAI

REQ n.51/2025



* C D 2 5 4 1 8 2 9 9 7 6 0 0 *